

# Neoliberalismo ameaça a Amazônia

O Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, instituição privada, sem fins lucrativos, que agrega altas personalidades do mundo intelectual, civil e militar, com sede no Rio de Janeiro, vem se caracterizando por posicionamentos fundamentados sobre a grave realidade nacional.

Em documentos anteriores "Amazônia: Fronteira em perigo" e "Em defesa da Amazônia", o CEBRES denunciou o risco à soberania e a integridade do patrimônio territorial, resultante da portaria nº 580, de 15 de novembro de 1991 (governo Collor), do ministro da Justiça (Jarbas Passarinho). Este risco poderá configurar o surgimento de um "Estado-Nação Ianomâmi", promovido pela ONU, mutilando extensa área de grandes riquezas naturais do território pátrio.

Isto resultou de ação do grupo do Sete (G-7), que procura anestesiar a vontade nacional, através de conceitos como o da "soberania restrita" e o "direito de ingerência", em tentativa inadmissível de domesticação neoliberal do Brasil.

No segundo trabalho, o CEBRES desenhou o cenário, nacional e mundial, complexo e conturbado, de pressões crescentes do G-7 contra

"Desta feita, esboça-se, na verdade, de forma evidente, profunda alteração na estrutura jurídico-política, econômico-social e de defesa nacional, na medida em que mudam-se "usos" (em sentido orteguiano) da organização constitucional. Uma equipe, vitoriosa em pleito plebiscitário, de aprovação eleitoral do Plano Real, assume o governo, sem qualquer mandato revolucionário, e se propõe a alterar raízes histórico-culturais, jurídico-políticas e econômico-sociais do País, com graves repercussões, a médio e a longo prazos, para a defesa nacional; contando, tão-somente, com a conivência interesseira de um Congresso (vencimentos aumentados e promessa de 3.000 empregos) que, para tanto, não recebeu outorga constituinte do povo que o elegeu.

Fato único da história constitucional brasileira. Procura-se promover, não uma revisão, como admitido na Carta Magna de 1988 (art. 60), mas antes um novo e radical ordenamento da estrutura do Estado que, faz apenas sete anos, teve promulgada, por uma Assembléia Nacional Constituinte, para esse fim específico eleita, a Constituição Federal, que dá seus passos, carecendo ainda de leis complementares que a vitalizem. Carta Constitucional que preservou, mantendo-os, institutos basilares das anteriores: no preâmbulo, relevo para democracia, liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça; no art. 1º, fundamentos (ênfase à soberania); no art. 3º, objetivos fundamentais (desenvolvimento nacional e bem-estar); e, sobretudo, no art. 4º, princípios constitucionais (independência, autodeterminação, não-intervenção, igualdade entre Estados e paz). Mandamentos que respaldam os objetivos nacionais permanentes: democracia, integração nacional, integridade do patrimônio nacional, progresso e soberania.

Que significam as "emendas" (revolucionárias) à Constituição?

- Descaracterização da soberania brasileira, na medida em que se pretende fazer do Brasil uma colônia econômica "neoliberal" e, politicamente, um vassalo dos EUA;

- Entrega de imenso patrimônio energético à cobiça e à ganância de países do chamado Primeiro Mundo, liderado pelos EUA;

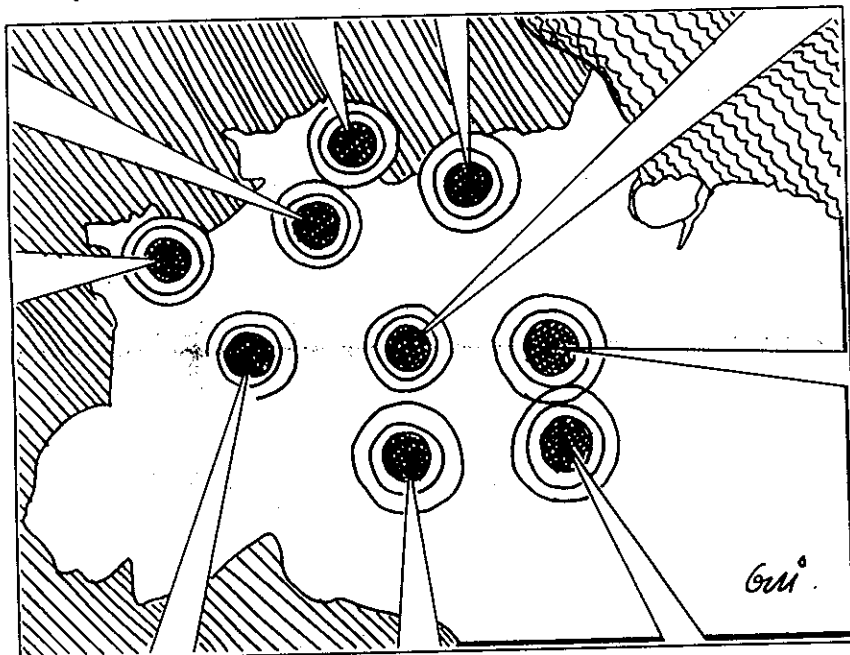
- Venda simbólica, na verdade, doações aos oligopólios das indústrias de mineração, telecomunicações, siderurgia, petroquímica e de fertilizantes; para tanto, acabando com o monopólio do petróleo, das telecomunicações, entrega das riquezas minerais; e, em paralelo, eliminando a diferença entre empresa nacional e estrangeira;

- Transformação dos cidadãos brasileiros em colonos e escravos do colonialismo tecnológico e de recursos materiais.

- Já não bastam os tratados contrários aos interesses nacionais vitais, aprovados pelo Congresso, sobre Desnuclearização e submissão do País à fiscalização da AIEA e da OMC? Não basta a aprovação

da Lei de Patentes, que entregará, inclusive, aos EUA, na Amazônia Brasileira, o maior banco energético do Mundo? Tudo isso para tornar o Brasil potência de segunda ordem?

Para que serviu, então, a Assembléia Nacional Constituinte? Estamos diante de um golpe (restauração exponencializada de "usos"; desenfreada corrupção, manipulação da mídia para mentir à opinião pública, falseando dados, corrompendo consciências e instituições)?



Ou, talvez, vivendo as preliminares de uma revolução (mudança de "usos") como admitia Ortega y Gasset? Regime de exceção? Ditadura (civil) de um governo que pretende mudar uma Constituição que jurou defender? Como ficará a ordem constitucional? Para onde vai o Brasil com esse conluio Governo-Congresso? Por que não realizar, antes, um plebiscito, medida democrática, ouvindo a cidadania, para decidir sobre a quebra do monopólio das telecomunicações e do petróleo; a privatização da Vale do Rio Doce; a supressão da distinção entre empresa nacional e empresa estrangeira na participação com iguais oportunidades?

-Com um misto de tristeza, vergonha e revolta, assistimos a uma reprise do ocorrido em julho de 1991, quando o então presidente Collor recebeu "ordens" do presidente dos EUA para ultimar a demarcação das terras ianomâmis, o que acabou ocorrendo a toque de caixa, com a malfadada portaria 580 supracitada, editada pouco depois de idêntico procedimento da Venezuela. Ordem literalmente cumprida... Com o atual governo, a subserviência sórdida carecia de divulgação pela mídia mundial. Na visita aos EUA (17/21 abril de 95), o presidente Fernando Henrique Cardoso humilha a cidadania brasileira e o Brasil como Estado-nação quando diz, diante do presidente Clinton e de seus assessores: "Diferentemente dos EUA, o Brasil consegue aprovar as emendas com rapidez. E agora bateremos o recorde".

De fato, ao regressar ao Brasil, encaminha ao Congresso o primeiro pacote de cinco emendas, as "cinco irmãs..." do comprometimento da nossa soberania. E, não obstante o monstruoso

países em desenvolvimento - pressões político-diplomáticas, econômico-financeiras, sócio-culturais, tecnológicas e militares; pressões, essas, ofensivas à dignidade de Estado-nação livre e soberano - precipuamente no concernente à Amazônia brasileira.

O trabalho mostrou que reiteradas investidas são feitas na ONU e na OEA para promover o reexame de conceitos, até então intocáveis, de soberania, de autodeterminação e de fronteiras. Alertou que organizações internacionais pressionam para a interferência da ONU na "defesa" dos índios ianomâmi como "responsabilidade de toda a humanidade" e não apenas do Brasil. Ademais, propõe "governo supranacional, para a Amazônia e "soberania limitada para a área".

Novamente, a CEBRES torna pública, por meio de seu Conselho Diretor, constituído pelo brigadeiro Osvaldo Terra de Faria, general Amerino Raposo Filho e o embaixador Adolpho Justo Bezerra de Menezes, contundente e séria análise da realidade brasileira atual, com o título "Projeto Nacional: Aspectos Estratégicos".

Vejam alguns trechos desse trabalho:

conluio Governo-Congresso, declara, a 27 junho de 95, em entrevista à imprensa italiana: "Até agora foi mais fácil do que eu pensava (governar o Brasil). Jamais teria imaginado que, em apenas seis meses, teríamos conseguido aprovar importantes reformas constitucionais com uma ampla maioria parlamentar". A uma pergunta, respondeu: "Não sei se vale a pena entrar (para o Primeiro Mundo). O que é Primeiro Mundo?" Humilhante tudo isso, para os anais do Parlamento

brasileiros, o Cebres une-se a todos os brasileiros, que são a imensa maioria do nosso povo, no sentido de protestar e repudiar essas emendas liberticidas à Constituição Brasileira; reagir e lutar, de todas as formas, em todos os quadrantes do território pátrio, guiados pelo pavilhão auri-verde e inspirados pelo Cruzeiro do Sul, contra os riscos de desintegração da soberania e da integridade do patrimônio nacional; mantendo o Brasil uno, indivisível, altaneiro e orgulhoso de sua autodeterminação; exaltando nossas tradições e afirmando nossa identidade cultural.

- Apelo endereçado à cidadania, aos segmentos da comunidade nacional, para que repudiem e protestem contra a insanidade, a insensatez e a audácia, internas; não admitindo a subserviência, a submissão e a doação de imenso patrimônio brasileiro às nações ricas, que vivem crises insolúveis (de petróleo, de recursos minerais e de desemprego crescente) e não desejam que nações como o Brasil possam emergir como potência no século que alvorece.

- A situação calamitosa e catastrófica a que as elites alienadas e corruptas levaram o Brasil (dívida externa de 160 bilhões de dólares; dívida interna de 200 bilhões de dólares e dívida social de 4 milhões de pobres e 32 milhões de miseráveis), respondamos com um "basta"! de tanta vergonha, tanto descalabro e interesses escusos e mesquinhos! O Brasil é grandioso, promissor e eterno. Tem todas as condições para ser um dos grandes países do próximo século! Esta Terra de Santa Cruz "tem dono, vamos defendê-la", diziam os bandeirantes. "Esta terra continuará dona do seu destino glorioso", dizemos os das gerações de hoje e do amanhã; para que o futuro do Brasil não se envergonhe do presente, nem viva da nostalgia de um passado grandioso.

- Preservemos, portanto, a todo custo, a soberania, a autodeterminação, as fronteiras políticas; o espaço tridimensional; a honra, enfim, do nosso País; denunciando e repelindo os vilões da Pátria. O Brasil é eterno, a pátria sobreviverá, a despeito dos Calabares e dos Silvérios dos Reis que aí estão; antes, e sobretudo sob a inspiração dos exemplos símbolos de Raposo Tavares, que triplicou nosso território colonial; de Tiradentes, proto-mártir da independência nacional; de Caxias, que manteve o império integrado e unido; de Rio Branco, que definiu e delimitou os lindes terrestres; de Rondon, que aculturou o índio à comunidade nacional; de Clóvis Ramalheira, que projetou nossa soberania, mar a dentro, ampliando de 1/3 o espaço brasileiro.

- Eis o que incumbe ao Cebres reafirmar, em momento tão grave e decisivo aos destinos do Brasil democrático e livre; Brasil continente, que nossos antepassados nos legaram e que não aceita a desestruturação de uma ordem constitucional, que somente outra Assembléia Nacional Constituinte poderia fazê-lo, se para tanto fosse eleita pelo povo.

brasileiro; ofensivo à soberania nacional.

Atente-se para o significado dessas emendas, em síntese: quebra do monopólio das telecomunicações, do petróleo, entrega dos minérios e minerais nucleares; permite a participação de empresas privadas estrangeiras, inclusive, na distribuição do gás canalizado; possibilita que empresa privada estrangeira explore, de modo absoluto, jazidas minerais e o aproveitamento do potencial hidrelétrico; autoriza a associação de empresa privada à Petrobrás; desfaz a distinção entre empresa nacional e estrangeira; extingue a proteção do transporte de cabotagem.

No entanto, enquanto poderosa mídia atende aos oligopólios privados e internacionais, pretende entregar o Brasil às nações ricas, invocando "globalização" e "modernidade". Nenhuma medida é tomada contra a concentração de renda de banqueiros, das multinacionais e das grandes empresas! Nenhuma solução concreta no concernente a questões substantivas, que respondam pela dívida social, comprometedora de qualquer plano de estabilização!

- Diante do cenário nacional e mundial, tão perturbado e preocupante, de pressões crescentes do G-7 contra países em desenvolvimento; pressões em todos os campos do poder nacional; pressões insuportavelmente ofensivas à postura político-estratégica de unidades políticas como o Estado-nação; pressões que vulneram os artigos 1º ("Estado democrático de direito" e "fundamentos"), 3º ("objetivos fundamentais") e 4º ("princípios constitucionais") da Lei Fundamental, que organiza e limita o poder e esboça a estrutura jurídica dos